

Resenha:

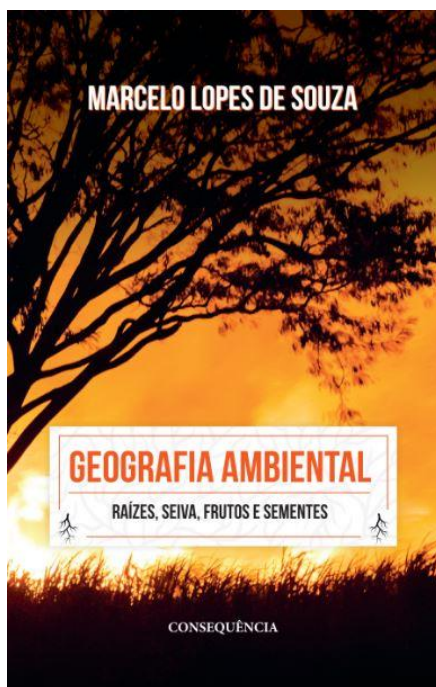
SOUZA, Marcelo Lopes de. **Geografia ambiental: raízes, seiva, frutos e sementes.**
Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2025.

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/PP.
Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFGA.
jovengeo@yahoo.com.br / <https://orcid.org/0000-0002-5650-1168>

Fellipe Costa Castro

Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará -
UFGA/Campus Ananindeua.
fellipcostacastro2@gmail.com / <https://orcid.org/0009-0002-1316-9801>



A obra do geógrafo Marcelo Lopes de Souza, “Geografia Ambiental: Raízes, Seiva, Frutos e Sementes”, constitui uma importante referência para a compreensão dos fundamentos, das bases epistemológicas e das perspectivas analíticas da Geografia Ambiental. Destinada principalmente a estudantes de graduação e pós-graduação de Geografia. Assim, a obra busca, conforme afirma o próprio autor, suprir lacunas frequentemente presentes na formação geográfica, especialmente no que se refere à compreensão integrada das relações entre sociedade e natureza.

Partindo desse propósito, Souza (2025) desenvolve uma reflexão que ultrapassa a tradicional dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física, uma divisão historicamente responsável por fragmentar o pensamento geográfico. Em contraposição a essa perspectiva, o autor defende a Geografia Ambiental não apenas como um novo campo ou especialidade da Geografia, mas como uma maneira de pensar e produzir conhecimento geográfico, fundamentada na integração entre os processos naturais e sociais. Sua proposta epistemológica resgata uma preocupação que acompanha a disciplina desde sua origem — a compreensão das interações entre sociedade

e natureza —, reinterpretando-a à luz dos desafios contemporâneos e conferindo-lhe uma nova identidade teórica e metodológica.

Tendo como objetivo analisar a relação sociedade e natureza, enquanto possibilidade para entender processos naturais e sociais dentro de uma perspectiva crítica, o autor aborda as origens da Geografia como uma ciência de interface entre a investigação dos processos naturais e as dinâmicas sociais, embora essa vocação integradora tenha sido constantemente limitada por perspectivas dualistas. Não obstante, com o advento da virada Crítica, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, as críticas dirigidas às epistemologias empiristas e funcionalistas foram fundamentais para renovar o pensamento geográfico. Contudo, nesse movimento, ocorreu também um progressivo afastamento da Geografia Humana em relação aos estudos da natureza, em uma busca por uma suposta “pureza epistemológica”, que reduziu a disciplina à condição de ciência exclusivamente social e aprofundou a fragmentação entre Geografia Humana e Geografia Física (Souza, 2025).

O autor apresenta a Geografia Ambiental como uma recuperação crítica dessa tradição que compreende conjuntamente a sociedade e a natureza. Para tanto, na introdução se questiona a noção de um Meio Ambiente, frequentemente entendido como externo a sociedade, em contraposição, propondo em seu lugar, a um Ambiente integrado, ou seja, na perspectiva do autor o ambiente é uma integralidade dialética entre a natureza e a sociedade. Para fundamentar essa concepção o referido autor remonta um pensamento antigo advindo dos gregos que denominavam a *physis*, como sendo cognato a natureza, também o *nómos*, vinculado ao que se chama de sociedade. Todavia, o autor argumenta que, ao longo da história, o pensamento ocidental rompeu essa relação dialética ao separar sociedade e natureza e estabelecer uma hierarquia que privilegiou quase sempre a primeira, reduzindo a segunda a um objeto de exploração e utilidade.

Por sua lógica própria, o *nómos* não se reduz à *physis* nem a ela se submete por completo, mas dela emerge. Desgraçadamente, essa dialética entre *physis* e *nómos* foi sacrificada posteriormente, quando o Ocidente separou a "sociedade" da "natureza" em prol do estabelecimento de uma hierarquia a favorecer quase sempre e absolutamente a primeira e de uma concepção frequentemente instrumental que empobrecia e subtraía valor intrínseco à segunda (Souza, 2025, p. 25).

Outrossim, Marcelo Lopes de Souza organiza sua argumentação em quatro partes, que estruturam o desenvolvimento de sua proposta de Geografia Ambiental. Em **Raízes**, o autor realiza uma genealogia do pensamento geográfico, revisitando a trajetória da Geografia Física, da Geografia Humana e defendendo a Geografia Ambiental como uma reinvenção dessa tradição integradora. Em **Seiva**, aprofunda os fundamentos

epistemológicos da proposta, mostrando como a Geografia Ambiental pode construir objetos híbridos que superem a bipolaridade entre natureza e sociedade, além de estabelecer um diálogo entre a Geografia Crítica e a Ecologia Política. Já em **Frutos**, concentra-se nos desafios contemporâneos impostos pelas contradições do que denomina **Capitaloceno**, defendendo que a Geografia deve voltar-se para a compreensão da produção social dos desastres, das injustiças ambientais e do estresse ambiental, ao invés de permanecer presa às disputas entre Geografia Física e Geografia Humana. Por fim, em **Sementes**, o autor projeta uma agenda para o futuro da Geografia Ambiental sem romper com seu passado, dialogando com áreas como a Geografia Urbana e propondo a metodologia **Ambiente–Território–Lugar** como um caminho para orientar novas pesquisas sobre as relações entre sociedade e natureza.

Na primeira parte, Souza (2025) faz uma gênese da ciência geográfica vista como uma ciência-ponte que, na Geografia Clássica, se traduzia no estudo da geografia física como base para investigar as relações sociais, onde perspectivas positivistas, empiristas (crença de que apenas observar os fatos bastava para explicar a realidade) e funcionalistas (visão de que a sociedade e a natureza vivem em equilíbrio) foram consideradas limitadas para a compreensão para a Geografia Humana, influenciada pelo marxismo crítico, enfraquecendo essa ponte. Em contraposição, o autor resgata **Élisée Reclus** para demonstrar que é possível realizar uma análise social crítica sem abandonar a dimensão geobiofísica do espaço, defendendo a Geografia Ambiental como uma reinvenção dessa tradição integradora.

Se, durante o período clássico dos estudos geográficos, era habitual que os geógrafos humanos utilizassem mais os trabalhos de seus colegas da Geografia Física que estes os trabalhos de seus colegas da Geografia Humana, atualmente dá-se o inverso, sendo mais fácil encontrar geógrafos físicos que revelem alguma familiaridade com temas da pesquisa sócio-espacial que geógrafos humanos que demonstrem interesse pelos conhecimentos de seus colegas geomorfólogos, climatólogos, pedólogos e biogeógrafos. [...] A lição da Geografia Social reclusiana – notadamente a de que é possível ser socialmente crítico e profundo em matéria de pesquisa sócio-espacial sem, por isso, ter de abdicar de dar atenção à dimensão geobiofísica do espaço geográfico – permanece atualíssimo, enquanto advertência e fonte de ins-piração. Ouso dizer que ele se torna, a rigor, cada vez mais atual (Souza, 2025, p. 141).

Avançando para a parte da Seiva, o autor explora os desafios para a construção teórico-conceitual de objetos híbridos, ou seja, uma mestiçagem epistemológica que trabalha um ambiente não mutilado. Assim, Souza (2025) dialoga com Bruno Latour, que já dizia sobre a importância dos estudos que integrem a natureza e a sociedade, denunciando os limites da “purificação epistemológica”. Então, nessa perspectiva para o autor, os processos biogeofísicos e os humanos têm seus arcabouços teórico-metodológicos

próprios e o hibridismo não são suas anulações, mas sim o seu diálogo preservando seus referenciais. Além disso, Souza tece críticas a outras perspectivas, como a “Geografia Física Crítica”, mostrando que exigem do pesquisador produção e conhecimento profundo da Geografia Física e da Geografia Humana, tendo em sua análise, a reticência de ser praticamente impossível e ser um dualismo vazio; outra questão de preocupação é o colonialismo “anglo-americanocêntrico” que ignora autores do Sul Global, como Aziz Ab’Saber, que evidenciava uma perspectiva crítica sobre as relações entre sociedade e natureza já vinha sendo desenvolvida há muito tempo na Geografia latino-americana: “Cabe a nós, latino-americanos, e igualmente a geógrafos (“físicos” ou não) de outros continentes (da África, da Ásia e da própria Europa), chamar a atenção para o sabor colonial e eurocêntrico que a Critical Physical Geography vem apresentando.” (SOUZA, 2025, p. 220)

Na parte relacionada ao debate sobre os “Frutos”, Souza se vale de um neologismo criado pelo sociólogo e geógrafo J. W. Moore: o Capitaloceno. Essa “camada geológica da Terra”, construída pela humanidade desde o final do Feudalismo, evidencia a contradição entre o capital, o trabalho e a exploração da natureza, produzindo socialmente o ambiente. Nesse sentido, o autor afirma que esse processo “equivale a dar um passo não desprezível na admissão de uma ‘ruptura metabólica’ ou ‘fratura metabólica’ que se dá com o advento do capitalismo” (Souza, 2025, p. 233), significando a pressão dos ecossistemas de países periféricos em processos poluentes que ficam longe, segundo Souza, dos narizes e olhos Europeus, Estadunidenses, Canadenses e Japoneses. O autor também argumenta que os chamados desastres naturais são, na verdade, socialmente fabricados, pois decorrem da combinação entre risco e vulnerabilidade, atingindo principalmente populações relegadas às chamadas zonas de sacrifício. Diante desse cenário, Souza defende que a Geografia deve abandonar as disputas entre Geografia Física e Geografia Humana e concentrar seus esforços na compreensão desses problemas híbridos, articulando processos naturais e sociais para enfrentar as injustiças socioambientais.

Finalizando, na parte “Sementes”, Souza retoma ao ponto central e aborda que a construção da Geografia Ambiental significa honrar o passado para buscar o futuro. Esse movimento compreende criticar a ruptura *da ponte* que a Geografia se propunha, mas também criar “agendas de pesquisa que reflitam as necessidades das populações em escala local e regional, e menos os modismos, as prioridades e os esquemas explicativos absorvidos do exterior, notadamente dos países anglófonos” (Souza, 2025, p. 328). O caminho não se faz em compreender a sociedade com método das ciências naturais ou vice-versa, antes a Geografia Ambiental compreende de forma interdisciplinar. Para isso,

Souza propõe a articulação Ambiente–Território–Lugar, entendendo os problemas ambientais como expressão de um metabolismo ecológico-social relacionado às relações de poder no território e às experiências vividas no lugar. Por fim, o autor defende uma agenda de pesquisa voltada para o fortalecimento da legitimidade da Geografia Ambiental, o empoderamento epistemológico do Sul Global, a aproximação entre Geografia Física e Geografia Humana, a consolidação de eixos teórico-metodológicos e a incorporação dessa perspectiva tanto na pesquisa quanto no ensino de Geografia.

Ao concluir, o autor pergunta retoricamente: O que pode a Geografia ambiental? Essa pergunta retórica é respondida pelos próprios geógrafos que compreendem a Geografia ambiental como uma renovação da identidade histórica da própria ciência geográfica. Portanto, Souza reforça a importância da compreensão dos objetos híbridos - isto é, o estudo do ambiente integrado - e o protagonismo do Sul Global nas pesquisas respondendo de maneira crítica a desafios como injustiças ambientais, planejamento territorial, riscos, desastres e políticas públicas. Assim, o referido autor finaliza suas reflexões, defendendo que o maior desafio da Geografia Ambiental é convencer os próprios geógrafos de seu potencial, reafirmando que seu futuro depende da recuperação de sua vocação integradora e do compromisso com uma ciência socialmente relevante.

A principal contribuição do livro está em demonstrar que a Geografia Ambiental não é apenas uma discussão epistemológica, mas também um projeto de formação para os futuros geógrafos. Ao longo dos capítulos, Marcelo Lopes de Souza enfatiza sobre a importância do diálogo constante com estudantes de graduação e pós-graduação, propondo perguntas, indicando leituras complementares e incentivando o leitor a refletir criticamente sobre sua própria formação. Nesse aspecto, o livro se torna particularmente relevante, pois ultrapassa a simples exposição teórica e busca formar pesquisadores capazes de questionar as limitações dos currículos e da fragmentação da Geografia.

Outro mérito da obra é a crítica ao colonialismo epistemológico, que ao contrário de atribuir às produções anglo-americanas o protagonismo da integração entre natureza e sociedade, Souza demonstra que a Geografia latino-americana já produzia importantes reflexões sobre essa temática, recuperando autores frequentemente negligenciados, como Aziz Ab'Sáber. Dessa forma, o autor valoriza a produção do Sul Global e questiona a dependência de referenciais importados, o que não significa, para o mesmo autor, um isolacionismo da escala global, mas defesa de uma Geografia preocupada com as questões de escala local e regional de maneira autônoma e comprometida com sua própria tradição intelectual.

Por fim, merece destaque o fato de que Souza não apresenta a Geografia Ambiental como um modelo pronto ou um método acabado. Ao propor a articulação Ambiente–Território–Lugar e uma agenda de pesquisas, o autor reconhece que a Geografia Ambiental permanece um campo em construção. Em vez de oferecer respostas definitivas, o autor convida os geógrafos a participarem desse processo de elaboração teórica e metodológica, tornando a obra não apenas uma síntese do estado da arte, mas também um ponto de partida para novas investigações e para o fortalecimento da identidade da Geografia no século XXI.

Referências

SOUZA, Marcelo Lopes de. Geografia ambiental: raízes, seiva, frutos e sementes. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2025.

Recebido para avaliação em 22/08/2026

Aceito para publicação em 01/09/2026